

**Ata nº 03/2026.** Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se, na sala de reuniões do segundo andar da Prefeitura Municipal, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, para deliberar sobre a seguinte pauta: Resolução nº 09/2026 – Substituição de conselheira governamental; Apresentação do Extrato do FMDPI; Planejamento da Campanha Junho Violeta – Combate à Violência contra a Pessoa Idosa; Alteração da Resolução nº 28/2024 – Parâmetros para inscrição no CMDPI; Relato de participação: Fórum Internacional 2026: Políticas Públicas, Cuidados, Proteção Previdenciária e Constitucional para a População Idosa; Palavra Livre. O Presidente, Sr. Flavio Gedoz, iniciou a reunião dando boas-vindas aos presentes, e passa palavra para Sra. Cheile, que inicia pela Resolução nº 09/2026, dispõe acerca da substituição da conselheira governamental suplente, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Sra. Josiane Bezerra Cesareto para Sra. Marieli Thais Meert. Sra. Sirlei indaga se já foi informado a saída do Sr. Antonio Alessy e Sra. Cheile explica que não formalmente. Na sequência, a Sra. Christiane apresentou os extratos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, informando que o saldo em 31 de dezembro era de R\$ 965.000,00, considerando valores empenhados e programados para repasse conforme apresentação de projetos. Destacou que há R\$ 24.355,02 a pagar e R\$ 333.465,19 para repassar aos projetos habilitados no Banco de Projetos, resultando em um saldo real do fundo geral de aproximadamente R\$ 607.702,55. Deste total, R\$ 223.877,61 correspondem à retenção de 10% dos recursos financeiros provenientes das doações captadas pelos projetos, bem como dos rendimentos, valores estes destinados a ações e campanhas. Aproveitando o ensejo, solicitou-se a ampliação das possibilidades de utilização deste recurso para pagamento de despesas relacionadas às campanhas e ações direcionadas à pessoa idosa, não se restringindo a materiais de consumo, alterando-se a Resolução nº 43/2025. A solicitação foi aprovada pela plenária. A Sra. Sirlei questionou a possibilidade de repasse desses recursos, sendo esclarecido pela Sra. Cheile que tais valores são prioritariamente utilizados para campanhas, ações e, eventualmente, repasses, desde que haja deliberação do conselho. Exemplificou-se que esses recursos podem ser aplicados em materiais gráficos, caracterizados como material de consumo, realização de palestras e outras ações, ou ainda em repasses específicos, como ocorreu com o valor destinado ao CCI e com despesas de viagem, desde que previamente aprovados. Por fim, reforçou-se que a utilização desses recursos não é livre, sendo necessária a aprovação do conselho, bem como o cumprimento dos prazos para apresentação de projetos. Dando sequência à pauta, foi abordado o planejamento da Campanha Junho Violeta, voltada ao combate à violência contra a pessoa idosa. A Sra. Cheile destacou a importância de alinhamento prévio das

ações, considerando o dia 15 de junho, data em que se celebra o Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, questionando se o conselho pretende manter o formato dos anos anteriores, com realização de palestras. Na ocasião, questionou ainda se a área da saúde possui ações específicas voltadas à pessoa idosa. A Sra. Claires informou que existem grupos de promoção à saúde em todas as unidades, com foco, inclusive, na saúde mental. O Sr. Flávio questionou sobre a quantidade de participantes, sendo informado que, em média, os grupos contam com 15 pessoas. Ressaltou-se que a adesão varia conforme o território, sendo maior em regiões como Panorâmico e Cidade Alta, e que a participação é influenciada por fatores como horários e rotina de trabalho. Destacou-se também que, nesses espaços, são abordadas questões relacionadas à violência em diferentes contextos. A Sra. Cheile apresentou a proposta de construção de um protocolo de atendimento para casos de violência contra a pessoa idosa, semelhante ao já existente para a violência contra a mulher, considerando as diversas portas de entrada de denúncias, como o Disque 100, e a necessidade de melhor articulação entre os serviços. A Sra. Christiane explicou que, atualmente, o CREAS realiza o atendimento e acompanhamento dos casos e, após estabilização, estes são encaminhados para a proteção social básica, por meio de atendimento domiciliar ofertado pela AMEDEF, que passa a monitorar a situação. Em caso de agravamento, o acompanhamento retorna ao CREAS. Informou ainda que, anteriormente, o monitoramento era realizado pelo CREAS de forma quinzenal. Quando a equipe identifica que não há possibilidade de manutenção da pessoa idosa na família, é seguido o fluxo de acolhimento institucional no Lar dos Idosos. Em situações mais graves, é realizada a compra de vagas em instituições de outros municípios, quando não há disponibilidade local. O Sr. Flávio destacou que, em geral, os casos são inicialmente encaminhados ao CREAS e, posteriormente, à AMEDEF, ressaltando a importância de definição de fluxo para melhor organização dos atendimentos. A Sra. Christiane acrescentou que a AMOA também realiza atendimentos semelhantes, sendo necessário incluí-la nesse fluxo. A Sra. Claires pontuou dificuldades na organização dos encaminhamentos, especialmente quanto à definição dos serviços responsáveis por cada tipo de caso. Informou que, na área da saúde, as equipes realizam intervenções diretas e apenas encaminham situações mais graves, sendo o acompanhamento realizado pelas equipes, incluindo os agentes comunitários de saúde. A Sra. Christiane complementou que os encaminhamentos ao CREAS ocorrem, principalmente, em casos de ruptura de vínculos ou situações de abandono. Retomando a definição das ações da campanha, a Sra. Christiane informou que o CCI não poderá ser utilizado, tendo em vista que entrará em reforma a partir do mês de maio. Destacou ainda que, para o mês de outubro, quando se comemora o Dia da Pessoa

Idosa, poderá ser planejada uma atividade diferenciada, como uma palestra show, após a conclusão das reformas. A Sra. Claires sugeriu a realização de ações educativas voltadas às pessoas idosas, como a participação do MedTran para orientações sobre o trânsito e emissão da credencial da pessoa idosa, bem como a divulgação dos grupos de saúde, especialmente os voltados ao tabagismo, que ocorrem em ciclos ao longo do ano. Foi discutida a melhor organização dos dias, sugerindo-se a realização dessas ações às segundas-feiras, considerando a maior adesão das pessoas idosas, e atividades mais breves às quartas-feiras. A Sra. Christiane ressaltou que temas como trânsito podem ser abordados de forma mais rápida na quarta-feira, antecedendo o baile, enquanto outros, como tabagismo, podem demandar maior tempo, sendo indicado realizar nas segundas-feiras. A Sra. Marisa reforçou a importância de organizar os conteúdos conforme o formato das atividades, visando maior participação. Também foi discutida a possibilidade de as entidades desenvolverem ações de sensibilização sobre a violência contra a pessoa idosa, ampliando o público para além das pessoas idosas, incluindo famílias, crianças e adolescentes, por meio de grupos do CRAS e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A Sra. Claires destacou que ações semelhantes já vêm sendo realizadas em salas de espera da saúde, reforçando a importância de abordar o tema de forma mais ampla. O Sr. Flávio ressaltou que, em muitos casos, a violência ocorre no âmbito familiar, sendo importante levar essa discussão a diferentes públicos. A Sra. Anna sugeriu a abordagem do tema também nas escolas, porém a Sra. Cheile pontuou a dificuldade de inserção no calendário escolar neste momento, indicando a necessidade de planejamento prévio para os próximos anos. Foi destacada ainda a importância da divulgação das ações nas redes sociais, bem como a necessidade de organização do fluxo de atendimento às denúncias, considerando que muitas situações não são relatadas pelos idosos por envolverem familiares. Ressaltou-se a importância de preparar as equipes para identificação e encaminhamento adequado dos casos. Quanto ao planejamento para o próximo ano, a Sra. Claires destacou que diversas ações já são realizadas na saúde, porém muitas não são amplamente divulgadas. A Sra. Cheile sugeriu maior integração entre os serviços para potencializar o alcance das ações. Sra. Claires sugeriu que na construção do protocolo sejam previstas as atividades de prevenção à violência que serão feitas anualmente. A Sra. Débora, representante do SESC, ressaltou a importância de realizar um evento ampliado, para maior alcance da população. Em relação ao local das atividades, foram sugeridos espaços como o auditório do SESC, da Prefeitura, do CPC ou da UTFPR, sendo necessário verificar disponibilidade. Destacou-se a importância de definir previamente o público-alvo, podendo incluir também familiares, bem como a necessidade de organização por meio de

inscrições para melhor planejamento. Foi sugerida a contratação de palestrante, sendo indicado o Sr. Jorge Nei Neves, ex-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, com experiência na temática e boa aceitação pelo público idoso. Também foi ressaltada a importância de divulgação antecipada, inclusive com elaboração de convites e materiais gráficos que estimulem a participação dos idosos. Discutiu-se ainda a realização de ações descentralizadas nas entidades, com possibilidade de rodízio de profissionais, visando diversificar as abordagens. Foram sugeridos temas como violência, respeito, empatia, golpes financeiros e uso de tecnologias, considerando demandas atuais. Destacou-se a importância de articulação com outros órgãos, como a polícia, para compreensão do fluxo de atendimento às denúncias e fortalecimento da rede de proteção. A palavra foi concedida à Sra. Maria Jaqueline, que iniciou a apresentação sobre as alterações da Resolução nº 28/2024, a qual dispõe sobre os parâmetros para inscrição no CMDPI. Informou que, no ano de 2024, foi realizado um reordenamento visando adequar os planos de ação, relatórios e documentação, bem como a forma de execução dos programas, conforme as normativas vigentes, resultando na referida resolução. No entanto, no decorrer das análises dos documentos, verificou-se a necessidade de alguns ajustes na resolução para melhor adequação à realidade do município. Informou ainda que as alterações serão posteriormente compartilhadas no grupo para conhecimento dos conselheiros. Entre as alterações apresentadas, destacou-se a previsão de inscrição provisória de entidades que não realizavam atendimento à pessoas idosas anteriormente, permitindo que a entidade inicie a execução dos programas para avaliação da prática, antes de fornecer a inscrição definitiva que terá, período no qual a comissão realizará a análise. Esclareceu que a inscrição se trata de uma autorização para atuação. Nos casos de entidades novas ou oriundas de outros municípios, a inscrição provisória possibilita o acompanhamento mais próximo, com avaliações periódicas, podendo ocorrer, por exemplo, a cada 6 meses, a fim de verificar se a execução está conforme o plano de ação apresentado. Foi informado também que seriam revogados os incisos III e IV do artigo 8º, que tratavam dos documentos exigidos das unidades governamentais de atendimento à pessoa idosa, excluindo a obrigatoriedade de licença sanitária e alvará de funcionamento municipal, considerando que tais documentos são vinculados ao CNPJ do órgão gestor, no caso a Prefeitura Municipal. Ainda, foi revogado o inciso XII do artigo 9º, tendo em vista parecer jurídico que apontou a ausência de previsão legal para a exigência de certidão negativa de antecedentes criminais estadual e federal, da diretoria e demais técnicos responsáveis. Ressaltou-se a importância de documentos como a ata da diretoria estarem atualizados, por serem fundamentais para análise das entidades e regularidade documental. Foi proposta também a unificação das

datas de reavaliação e renovação das inscrições no conselho, passando a ocorrer em um único período, entre 15 de janeiro e no dia 01 de março, substituindo os prazos anteriormente estabelecidos em que o plano de ação era encaminhado até 15 de outubro e o relatório de atividades do ano anterior até 15 de março. Outro ponto abordado refere-se à diferenciação entre reavaliação e renovação, sendo apresentada a proposta de adoção de modelo semelhante ao CMDCA, no qual a renovação se torna automática quando houver aprovação das últimas reavaliações anuais, evitando a repetição de todo o processo documental, já que a documentação permanece a mesma. Dessa forma, a cada dois anos a renovação seria concedida automaticamente. Também foi proposta a alteração do prazo de análise da comissão, reduzindo de 90 dias para 30 dias, conforme já praticado no CMAS, entendendo-se que não há necessidade de prazo tão extenso quanto para a concessão da primeira inscrição. O conselheiro Flávio destacou que as alterações contribuem para facilitar o trabalho das comissões, reduzindo a necessidade de reuniões frequentes para análise documental ao longo do ano. A palavra foi concedida às Sras. Silvana e Marisa, que realizaram relato acerca da participação no Fórum Internacional 2026: Políticas Públicas, Cuidados, Proteção Previdenciária e Constitucional para a População Idosa, realizado em Pato Branco, tendo Silvana participado como conselheira e Marisa como trabalhadora da área. Relataram que o evento foi bastante relevante, trazendo novas ideias e perspectivas para o trabalho com a população idosa. Destacaram que o fórum apresentou propostas inovadoras, especialmente no que se refere à integração entre políticas públicas, instituições e sociedade civil, indo além do assistencialismo. Foi citada sobre a integração entre setores públicos, políticos e instituições de ensino superior, incluindo parcerias com a OAB e desenvolvimento de projetos de pesquisa por acadêmicos de mestrado e doutorado voltados à temática do envelhecimento. Ressaltaram a participação de representantes de diversos municípios, bem como de outros países, como Argentina e Portugal. Uma das falas foi a de um doutor que desenvolve trabalhos por meio da parceria entre universidades e poder público, abordando o papel do ensino superior no envelhecimento, a integração da pessoa idosa na sociedade e a valorização do seu saber, com enfoque no envelhecimento com dignidade. Destacaram ainda como diferencial do evento o protagonismo das pessoas idosas, sendo que a abertura foi conduzida por dois idosos, que atuaram como oradores. Também chamou atenção a participação de uma idosa de 114 anos, que abordou a longevidade, ressaltando que a população idosa está vivendo mais, o que exige reflexão sobre o papel da sociedade e das políticas públicas no respeito e valorização dessas pessoas. Foi mencionado que o palestrante de Portugal apresentou diversos dados, cruzando informações sobre idade, vulnerabilidades e perfil da população idosa,

demonstrando como a academia pode contribuir para a formulação de ações voltadas a esse público. A Sra. Marisa destacou uma prática apresentada por médico geriatra, que, além da medicação, inclui na prescrição atividades como ir ao teatro, passear e praticar exercícios físicos, cobrando posteriormente o cumprimento dessas ações, com resultados positivos na saúde mental dos idosos. Ressaltou a importância da sensibilização de diferentes políticas, como saúde e esporte. Também foram apresentadas experiências voltadas à valorização da cultura, como projetos de culinária tradicional, nos quais receitas antigas são resgatadas e ensinadas às gerações mais jovens, promovendo integração entre gerações e valorização cultural. Citou-se ainda atividades simples, como passeios de bicicleta orientados, voltados à promoção da saúde mental e socialização dos idosos, reforçando a importância de sua inserção na sociedade. Foram mencionadas experiências internacionais, como na Espanha, onde idosos participam de cooperativas e, em alguns casos, acolhem estudantes em suas residências, promovendo convivência e apoio mútuo, especialmente considerando que muitos vivem sozinhos. A Sra. Cheile ressaltou que anteriormente havia vaga não governamental destinada a entidades de ensino superior no conselho, sendo que no início havia participação ativa, a qual se perdeu ao longo do tempo, citando a professora Ana Paula, da UDC, que participava das reuniões. A Sra. Anna destacou que as experiências apresentadas são interessantes e podem ser adaptadas à realidade local. A Sra. Silvana pontuou ainda sobre a política estadual “Paraná Amigo da Pessoa Idosa”, ressaltando a importância de o município aderir ao programa para acesso a recursos. A Sra. Cheile ponderou que, apesar dos benefícios, esses projetos também geram grande demanda de trabalho ao município, considerando as atribuições e responsabilidades na execução. A Sra. Anna questionou a ausência de atividades como hidroginástica, sendo informado que essa ação não é de competência direta da assistência social, além de haver questões relacionadas à adesão de entidades, como a APAE, que, em alguns casos, opta por não receber recursos do município devido às exigências de prestação de contas. Por fim, foi reforçada a importância da participação no fórum, destacando-se o aprendizado adquirido e as novas possibilidades de aplicação de ações voltadas à valorização e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, e eu, Júlia Vitória Wickert, Orientadora social da Secretaria Executiva dos Conselhos, lavrei a presente ata.

FMDPI C/C 41759-9	ENTRADAS	SAÍDA	RENDIMENTOS
JANEIRO	R\$ -	R\$ -	R\$ 9.966,76
FEVEREIRO		R\$ 21.901,58	R\$ 9.740,94
MARÇO		R\$ 6.453,90	R\$ 9.679,35
ABRIL	R\$ 1.132,05	R\$ 3.013,20	R\$ 10.665,95
MAIO		R\$ 14.215,41	R\$ 11.656,86
JUNHO	R\$ 846,93	R\$ 10.753,00	R\$ 11.261,39
JULHO	R\$ 4.251,96	R\$ 3.196,65	R\$ 13.242,39
AGOSTO	R\$ 217.812,66	R\$ 12.993,20	R\$ 12.927,61
SETEMBRO		R\$ -	R\$ 14.869,12
OUTUBRO		R\$ 20.983,80	R\$ 15.597,07
NOVEMBRO	R\$ 4.661,66	R\$ 711,98	R\$ 12.921,05
DEZEMBRO	R\$ 157.294,95	R\$ 575.484,44	R\$ 12.706,80
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 386.000,21</b>	<b>R\$ 669.707,16</b>	<b>R\$ 145.235,29</b>

R\$ 548.056,20	31/12/2021
R\$ 612.096,90	31/12/2022
R\$ 995.279,33	31/12/2023
R\$ 1.103.994,42	31/12/2024
R\$ 965.522,76	31/12/2025
<b>Saldo Total Fundo</b>	<b>R\$ 965.522,76</b>

2025	EMPENHADO/PREVISTO	PAGO	A PAGAR
SEMEAR	R\$ 72.666,04	R\$ 63.191,16	R\$ 9.474,88
CCI (Equipamentos e Materiais)	R\$ 49.636,91	R\$ 34.756,77	R\$ 14.880,14
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 122.302,95</b>	<b>R\$ 97.947,93</b>	<b>R\$ 24.355,02</b>

OSC	Valor Total Captado	10% retido no Fundo	Valor disponível para resgate
AMESFI (Edital 003/2023 - prazo de captação prorrogado)	R\$ 26.730,28	R\$ 2.673,03	R\$ 24.057,25
AMEDEF (Edital 002/2024)	R\$ 40.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 36.000,00
Lar dos Idosos (Edital 002/2024)	R\$ 68.239,00	R\$ 6.823,90	R\$ 61.415,10
Semear (Edital 002/2025)	R\$ 2.969,20	R\$ 296,92	R\$ 2.672,28
Amesfi (Edital 002/2025)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Recanto Parque Iguaçu (Edital 002/2025)	R\$ 232.578,40	R\$ 23.257,84	R\$ 209.320,56
<b>Total</b>	<b>R\$ 370.516,88</b>	<b>R\$ 37.051,69</b>	<b>R\$ 333.465,19</b>

Saldo Total Fundo	R\$ 965.522,76
Saldo restante SEMEAR	R\$ 9.474,88
Saldo restante CCI (res. 13/2024)	R\$ 14.880,14
Saldos a repassar	R\$ 333.465,19
<b>Saldo real FUNDO GERAL</b>	<b>R\$ 607.702,55</b>

<b>10% retido + rendimentos</b>	<b>R\$ 223.877,61</b>
---------------------------------	-----------------------

<b>Valor sem 10% + rendimentos</b>	<b>R\$ 383.824,94</b>
------------------------------------	-----------------------

**LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO ORDINÁRIA CMDPI GESTÃO – 2025/2027.**

**DATA 16/04/2026 – 09 horas**

**Ata Nº 03/2026**

<b>Conselheiros</b>	<b>Assinatura</b>
<b>Titular</b> Anna Carolina Manosso Von Mecheln – <b>SMAP</b>	<i>Anna Carolina Manosso v. Mecheln</i>
<b>Suplente</b> Janete Kraieski – <b>SMAP</b>	
<b>Titular</b> João Alexandre Hentz – <b>SMEL</b>	
<b>Suplente</b> Edson Luann Reichel – <b>SMEL</b>	
<b>Titular</b> Silvana Mittmann Damaceno – <b>SMAS</b>	<i>Silvana m Damaceno</i>
<b>Suplente</b> Josiane Bezerra Cezareto – <b>SMAS</b>	
<b>Titular</b> Renata Aléssio – <b>SMS</b>	
<b>Suplente</b> Claires Salete Ziglioli – <b>SMS</b>	<i>Claires Salete Ziglioli</i>
<b>Titular</b> Criseverton Leonardo May – <b>SMEC</b>	<i>Criseverton Leonardo May</i>
<b>Suplente</b> Geovana Barbero de Oliveira – <b>SMEC</b>	
<b>Titular</b> Pietra Bertan Bortolazzi – <b>SMF</b>	
<b>Suplente</b> Renata Battisti – <b>SMF</b>	
<b>Titular</b> Antonio Alessy Brito Ferreira – <b>AMESFI</b>	
<b>Suplente</b> Karina Fátima Pinzon – <b>AMESFI</b>	
<b>Titular</b> Flavio Gedoz – <b>AMEDEF</b>	<i>Flavio Gedoz</i>
<b>Suplente</b> Jamile Raduan – <b>AMEDEF</b>	
<b>Titular</b> Gilene Rohden Prudente – <b>RPI</b>	
<b>Suplente</b> Leidi Crestani – <b>RPI</b>	
<b>Titular</b> Andréia Blauth – <b>Lar dos Idosos</b>	<i>Andréia Blauth</i>
<b>Suplente</b> Jessica Helena de Oliveira Ramos – <b>Lar dos Idosos</b>	
<b>Titular</b> Sirlei Bittencourt Pinheiro Brod – <b>Lions Clube Medianeira Parque Iguçu</b>	<i>Sirlei Brod</i>
<b>Suplente</b> Rosiney Pereira de Souza Zonta – <b>Lions Clube Medianeira Parque Iguçu</b>	
<b>Titular</b> Karine Vogt – <b>Semear</b>	<i>Karine Vogt</i>
<b>Suplente</b> Marcelo Souza Avila – <b>Semear</b>	

*MARISA CERUTTI ANDRADE - CRAS/CCI*

*Marisa Andrade*

